

“Estamos na luta pelo piso nacional do ano 2014”, declaram educadores

>> **Fabíola Tormes**
Redação DS

Em greve desde o dia 24 de fevereiro, profissionais da educação da rede municipal de Nova Olímpia afirmam estarem lutando pela aplicação do piso nacional do ano de 2014. “Queremos (...) esclarecer aos senhores pais de alunos das escolas municipais, bem como a toda população a razão da greve dos professores nas escolas municipais de Nova Olímpia”, pedem os professores daquele município, representados pelos educadores Abel Antonio de Camargo e Lourdes Keila Casado. “A mobilização da categoria tem como finalidade a conquista do Piso Nacional Salarial que nos é garantido pela Lei Federal número 11738/08, no valor de R\$ 1.697,39 para carga horária de até 40 horas, sendo que cada município pagará este piso pela carga horária que rege em seu município, que no nosso caso é de 30 horas, não sendo possível o pagamento do mesmo na proporcionalidade. Portanto,



Educadores estão em greve desde o dia 24 de fevereiro

não é que a categoria não aceita o valor de R\$ 1.273,40 por 30 horas, é que na verdade isso é inconstitucional”.

Já o Executivo Municipal afirma que a Prefeitura paga piso de acordo com a Legislação. “Não se trata de vontade política, porque se tivesse dinheiro, seria muito fácil conceder o aumento que eles querem, evitando muitos transtornos, entre eles: alunos sem aula, pais sem ter onde

deixar seus filhos, essa queda de braço com os professores, e inclusive ser ridicularizado, tendo eu, uma conduta tão positiva nesses 50 anos que resido em Nova Olímpia. Se o município tivesse condições financeiras, já teria dado o aumento almejado por eles”, disse o prefeito de Nova Olímpia, Cristiano Masson, em recente entrevista ao programa Sala do Povo, na Rádio Cultura. Na entrevista, o prefeito pontuou

que a prefeitura já paga piso nacional como prevê a Legislação vigente e sendo assim não é o piso propriamente dito que a classe reivindica e sim um aumento salarial que chega a 33,33%. Cristovão destacou ainda que esse aumento não é possível, uma vez que o município está impedido de conceder aumento, tendo em vista o limite prudencial que prevê gastos de 54% em folha que já está ultrapassado.

Executivo afirma que paga o Piso Nacional

De acordo com os educadores novao-olimpienses, se foram observadas as leis e a evolução do piso, no município de Nova Olímpia já se pagou o piso salarial. “Hoje o piso nacional é de R\$ 1.697,39, o Estado paga R\$ 1.739,28 e Nova Olímpia paga R\$ 1.273,40. Considerando o piso nacional, recebemos R\$ 423,99 a menos. Se considerarmos o que o Estado paga, recebemos R\$ 465,88 a menos. Queremos deixar bem claro que estamos na luta pelo piso nacional do ano 2014, que é Lei. E hoje tem o valor de R\$ 1.697,39”, explicam.

Porém, para o prefeito, pagando o piso salarial para 30 horas no valor de 1.273,04 iniciais, o aumento almejado pelos professores é de 33,33% para se chegar ao salário inicial de 1.697,39 (Piso Nacional para 40 horas), porém, para

pagar esses salários iniciais, porque a grande maioria dos profissionais já estão em níveis de classes elevados, recebendo mais que R\$ 2.500, vincularia quase todo o percentual da Educação (25%) para pagamento apenas de professores, ficando a folha dos demais apoios, além das outras despesas fundamentais para o desenvolvimento do ensino. “Tudo isso teria que ser custeado com recursos próprios, além dos 25% aplicados na Educação, que já estaria comprometido com a folha salarial dos professores”, argumentou. “Quero dizer a todos os pais e sociedade novaolimpiense que o município paga o Piso Nacional. O que os professores reivindicam é um aumento de 33,33% e não há condições legais e nem financeiras para conceder esse aumento”, finalizou.

DIRETRIZES NACIONAIS

Barra do Bugres adere ao convênio de Saneamento Básico

>> **Vanelirte Moretto**
Assecom Prefeitura

Barra do Bugres foi um dos 108 municípios de Mato Grosso que aderiram ao projeto que permitirá a elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico para que as prefeituras tenham acesso aos recursos dos programas da União. O prefeito Júlio Florindo participou da assinatura de adesão ao convênio na última sexta-feira, 04, durante solenidade no Palácio Paiaguás, em Cuiabá.

As diretrizes nacionais para o saneamento básico estão estabelecidas na Lei 11.445/2007. A partir desta lei nenhum município terá acesso aos recursos federais para saneamento básico (distribuição de água potável, tratamento de esgoto e destinação aos resíduos sólidos) se não tiver o Plano Municipal de Saneamento Básico.



O prefeito participou da assinatura de adesão ao convênio na última sexta

Em 2013 a Prefeitura de Barra do Bugres elaborou o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do município, que está em fase de cadastramento junto ao Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal (Siconv) para pleitear recursos visando a instalação

do aterro sanitário e equipamentos (postos de entrega voluntária, centro de triagem, centro de compostagem e galpão solidário).

Em Mato Grosso o projeto será desenvolvido em parceria entre o governo do Estado e o governo Federal, por meio da Funasa e a UFMT.



11 e 12 de abril

8h às 19h20*

OAB 1ª Fase



Revisão e dicas fundamentais para você conquistar a sua aprovação no XIII Exame.

PROMOÇÃO EXCLUSIVA!

Até **20%**

de desconto nos cursos de 2ª Fase OAB**

Escolha o melhor dia para você e não fique de fora!

11/04 - AO VIVO: transmissão telepresencial na unidade.

12/04 - REPRISE: retransmissão telepresencial na unidade.

Garanta a sua vaga!

(65) 3326-7575

3326-6185

DIADLFG.com.br



Conhecimento e conquista.

*Vagas limitadas. Informações sujeitas a alteração sem aviso prévio. **Número de Brasília. ***Desconto não cumulativo com outras promoções e válido para inscritos no site diadlfg.com.br, que participarem do evento na unidade e se matricularem até 25/04/2014.